



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana.

### OS DESAFIOS DO TRABALHO SOCIAL NA QUESTÃO URBANA NAS CIDADES METROPOLITANAS – O CASO DO MUNICÍPIO DE OSASCO (SP)

Fernanda Galhardo Carpanelli<sup>1</sup>

Clenivalda França dos Santos<sup>2</sup>

Talita Luzia Alves Tecedor<sup>3</sup>

Katiane Ferreira de Lima Silva<sup>4</sup>

**Resumo:** Apresentamos breves considerações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e alguns desafios para o desenvolvimento do Trabalho Social diante os anacronismos promovidos pelo Governo Federal frente às políticas públicas. Levamos em consideração a política habitacional no município de Osasco e o avanço significativo da pobreza imposta pelo grande capital e os riscos impostos aos programas existentes.

**Palavras-chave:** Trabalho Social, Política Habitacional, Questão Urbana.

**Abstract:** We present brief considerations about the Minha Casa Minha Vida Program and some challenges for the development of Social Work in the face of the anachronisms promoted by the Federal Government in relation to public policies. We take into account the housing policy in the municipality of Osasco and the significant advance of poverty imposed by large capital and the risks imposed on existing programs.

**Keywords:** Social Work, Housing Policy, Urban Issues.

#### INTRODUÇÃO

Em território nacional, nós - trabalhadores da área social - acompanhamos atônitos os vários retrocessos no campo das políticas públicas. Seguindo o que foram os pouquíssimos anos de uma tentativa inconclusa de desenvolvimento de instrumentos essenciais para a consolidação da política urbana e de habitação – a se considerar, desde 2004, a criação do Ministério das Cidades, até sua extinção, neste ano, com o governo Bolsonaro, podemos afirmar que as expectativas para o próximo período são extremamente negativas, suscitando questionamentos sobre a mínima viabilidade política – ainda que o discurso governamental queira impor justificativa econômica - para a manutenção de projetos e programas importantes de implicação direta para a gestão das cidades e a questão urbana no Brasil.

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Prefeitura do Município de Osasco, E-mail: fernandacarpanelli@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, E-mail: fernandacarpanelli@gmail.com.

<sup>3</sup> Profissional de Serviço Social, Prefeitura do Município de Osasco, E-mail: fernandacarpanelli@gmail.com.

<sup>4</sup> Profissional de Serviço Social, Prefeitura do Município de Osasco, E-mail: fernandacarpanelli@gmail.com.

As ações que hoje caminham na contramão do fortalecimento político do que se constituía como aparato institucional para o cumprimento de uma agenda fértil em desafios - como vinha apontando o Ministério das Cidades ainda que em meio a muitas dificuldades institucionais - só acarretará no retrocesso de processos essenciais para a garantia de acesso à moradia e ao direito dos trabalhadores mais pobres nas diversas cidades brasileiras.

Consequentemente, o que nos leva a considerar que seremos levados ao acirramento da pobreza e a condições de vida dos trabalhadores com maiores expressões de vulnerabilidade e de violência em todas as cidades do país.

Os problemas relacionados à moradia nas cidades constituem um tema central na agenda da política urbana brasileira. Historicamente, em consequência da ausência de alternativas, a população de mais baixa renda que se vê forçada a viver longe dos centros urbanos, em condições precárias de moradia, com baixo acesso a serviços públicos ou mesmo infraestrutura urbana adequada.

Em meio a uma série de elementos que configuram o chamado caráter multidimensional da pobreza, a precariedade da moradia é marcante. Exemplos notórios dessa precariedade são: as áreas de risco e outras formas de assentamentos precários, bem como cortiços e outras formas de habitação coletiva.

A habitação exerce, portanto, um papel central na produção das desigualdades socioespaciais das cidades brasileiras, gerando situações tão expressivas que acabam se associando, ao menos simbolicamente, com a própria representação da pobreza.

Com este intuito, a Fundação João Pinheiro (1995) propôs o conceito de necessidades habitacionais, que engloba as dimensões de déficit habitacional e inadequação dos domicílios.

O déficit habitacional refere-se à necessidade de produzir novas moradias, excluindo-se readequações ou ampliação de habitações existentes, e é composto por quatro componentes ou causas, quais sejam: (i) habitação precária, (ii) coabitação familiar, (iii) ônus excessivo com aluguel e (iv) adensamento excessivo de domicílios alugados.

A segunda dimensão, referente à inadequação dos domicílios existentes, trata de unidades habitacionais que necessitam de melhoramento para alcançar um padrão mínimo de habitabilidade.

Tendo em conta que não implica na construção de novas unidades habitacionais, a inadequação não se relaciona ao tamanho do estoque de domicílios, mas sim às características que os tornam precários. A sua definição conta com cinco componentes ou causas, a saber: (i) a carência de infraestrutura urbana, (ii) adensamento excessivo de

domicílios urbanos próprios, (iii) ausência de banheiro exclusivo, (iv) cobertura inadequada e (v) inadequação fundiária urbana.

Em 2002, a proposta do então presidente Luis Inácio Lula da Silva para a habitação havia se configurado no Projeto Moradia, que propunha, entre outras medidas, a criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da Federação (União, Estados e Municípios), que atuariam de forma estruturada sob a coordenação de um novo ministério e a criação dos conselhos nacional, estaduais e municipais de habitação que deveriam definir as diretrizes e realizar a alocação de recursos da política habitacional nos 3 níveis de governo.

Em 2005, foi aprovado o projeto de lei de criação do fundo de moradia, denominado então de Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A lei que instituiu o FNHIS também estabeleceu os elementos institucionais básicos para a criação do Sistema Nacional de Habitação, baseado em uma distribuição das atribuições entre os 3 níveis de governo, em que se estabelecia um papel fundamental para os municípios na implementação da política de habitação.

Para aderir ao sistema, os estados e municípios deveriam se comprometer com a criação de um fundo de habitação, a ser gerido por um conselho com participação popular, além da elaboração de um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) que deveria estabelecer as diretrizes e prioridades da política em nível local.

A lógica da criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (HIS) seria fortalecer os órgãos públicos municipais e estaduais para a implantação de políticas habitacionais. Os Fundos de HIS seriam os mecanismos que permitiriam aos Municípios alavancar recursos próprios e potencializar os recursos federais ou estaduais que lhes fossem repassados. Ao mesmo tempo, os Conselhos Gestores dos Fundos locais promoveriam uma maior participação da sociedade civil em relação à definição sobre a alocação e ao uso dos recursos aportados para HIS.

Em 2007, o Governo Lula lança o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo objetivo era investir em infraestrutura, destinado assim a promover o crescimento econômico.

Em 2008, o mundo submergiu em uma profunda crise econômica que teve início nos Estados Unidos a partir dos problemas sistêmicos financeiros provocados pela crise dos mercados secundários de títulos lastreados em hipotecas.

No entanto, a reação do governo brasileiro frente a essa crise foi rápida, adotando medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica), de forma a compensar a retração do setor privado, e também medidas de apoio aos setores em dificuldades.

O lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)<sup>5</sup> foi justificado, principalmente, como uma medida para enfrentar o impacto no Brasil da crise econômica mundial, iniciada em 2008 pela crise hipotecária e financeira nos EUA, visando a gerar empregos, e também como medida para reduzir os sérios problemas de moradia no país (ROLNIK, 2015; BONDUKI, 2009; FIX e ARANTES, 2009).

Os recursos do PMCMV foram distribuídos pelas diversas unidades da federação de forma proporcional à estimativa do déficit habitacional dos estados, a partir dos estudos desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro.

Um dos consensos nos textos que avaliam o programa diz respeito à probabilidade de que os novos empreendimentos habitacionais viessem a repetir o padrão de grandes conjuntos localizados em periferias distantes e que a liberação de recursos de crédito e subsídios reforçassem a tendência já presente de crescimento do preço da terra, o que se confirmou – em parte - na implementação do programa.

Apesar dos principais investimentos habitacionais do governo federal tenham saído da esfera do Sistema Nacional de Habitacional de Interesse Social (SNHIS) para esferas autônomas (PAC e PMCMV), deve ser também analisado do ponto de vista das perdas em relação à participação e controle social. Uma das conquistas mais reconhecidas da nova política habitacional do Ministério das Cidades, ainda em 2004, era o reconhecimento da importância do controle social, através das Conferências, do Conselho das Cidades, do Conselho Gestor do FNHIS e dos Conselhos locais, a serem implementados como exigências para adesão ao Sistema.

No entanto, deve se considerar que nem sempre os mecanismos de controle social que são criados, como os conselhos de habitação ou das cidades, conseguem interferir, de forma mais efetiva, na alocação de recursos (dentre eles, a terra) para habitação e na definição de programas e projetos em sua área de atuação.

O PMCMV, à exemplo, é voltado exclusivamente à produção de novas unidades habitacionais para venda e compra e, desse modo, foram preteridas propostas de outras formas de provisão habitacional, como locação social e lotes urbanizados.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a quebra dos mecanismos de controle social sobre a política habitacional reflete, de forma exemplar, as contradições de um programa com objetivos ao mesmo tempo econômicos e sociais e que buscou “resolver” o déficit habitacional, preferencialmente, através da atuação da iniciativa privada – nas linhas do que preconiza o sistema capitalista.

---

<sup>5</sup> Medida Provisória nº 459, publicada em 25 de março de 2009, posteriormente convertida na Lei no 11.977, de 7 de julho 2009, e pelo Decreto no 6962, de 17 de setembro de 2009.

No entanto, nenhum outro programa na história da política habitacional oportunizou o acesso à casa própria à classe trabalhadora como o fez o PMCMV, e este é, sem dúvida, um dado relevante na história do país e sobre os avanços possíveis a partir do desenho de um programa com dimensões territoriais absolutamente abrangentes.

### **O CASO DO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**

Na particularidade de uma cidade de contexto metropolitano como é o caso da cidade de Osasco, compreender suas complexidades e seus desafios exige uma leitura aprofundada da cidade. De um lado, é preciso analisar estudos e indicadores, e, por outro lado, é essencial considerar também a vivência e a experiência de quem mora, trabalha e constrói a cidade.

A intensa relação de Osasco não só com São Paulo, mas também com os demais municípios vizinhos, é um dos elementos que reforçam sua dimensão metropolitana. As diversas ligações viárias e de transporte colocam Osasco como um local de intensa integração regional e metropolitana, o que a torna privilegiada do ponto de vista econômico e estratégico.

A lógica de expansão do território urbano com a manutenção da classe trabalhadora nas periferias foi mantida. Hoje, os bairros periféricos de Osasco são as áreas com maior concentração populacional na cidade (densidades demográficas mais elevadas).

E é nesses bairros que se concentra a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) do município: 45% da PEA do município está concentrada em um conjunto de 22 bairros mais periféricos das zonas Norte e Sul da cidade, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010.

De acordo com o Censo, Osasco tem 100% do seu território em zona urbana e uma população residente estimada em 696.382 habitantes para 2016, o que lhe confere o quinto lugar dentre as cidades com maiores densidades demográficas no país, com 10.411,80 hab/Km<sup>2</sup>.

Se as periferias elevam o índice de densidade demográfica de Osasco, o mesmo não se pode dizer sobre os bairros centrais da cidade. Uma vez que são mais antigos e formavam, no passado, o bairro de Osasco (quando este ainda era um bairro pertencente ao município São Paulo), hoje se caracterizam pela forte presença de comércios e serviços e por baixa densidade populacional.

Diante das altas densidades demográficas encontradas na periferia e dos grandes vazios urbanos encontrados na região central de Osasco, é necessário pensar no reequilíbrio da cidade. Nesse sentido, para reequilibrar Osasco, é essencial repensar o uso

e a ocupação do solo dessas regiões; dessa forma, a atualização do Plano Diretor da Cidade, que está ocorrendo atualmente, procura dar conta dessa e de outras necessidades.

Se a população está concentrada majoritariamente nos bairros periféricos da cidade, o inverso ocorre com a concentração de estabelecimentos de trabalho e emprego. A região central é a que mais concentra as atividades formais do município.

De acordo com os dados da Relação de Informações Sociais (RAIS) – registro administrativo captado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego de reporte obrigatório por parte das empresas formalizadas, Osasco possuía, em 2015, 10.247 estabelecimentos que empregavam 169.369 indivíduos por meio de vínculos de trabalho formais.

Osasco é uma cidade onde o setor terciário da economia predomina (serviços e comércio). Porém, no município, são mais numerosos os micro e pequenos estabelecimentos, que nos setores principais do município tendem a pagar baixos salários. Ou seja, o perfil econômico do município privilegia pequenos negócios do setor terciário com baixos salários.

A fragmentação de Osasco, entretanto, não é meramente física. Do ponto de vista social, a cidade também é extremamente segregada. Os bairros mais periféricos, onde mora boa parte da classe trabalhadora, são também as regiões que concentram o maior número de assentamentos precários, de áreas com vulnerabilidade social alta e muito alta e de áreas de risco, a maior demanda por equipamentos sociais públicos, a maior dificuldade em superar os entraves para a melhoria da mobilidade urbana, os maiores desafios para o avanço do saneamento básico com coleta e tratamento de esgoto, e também os menores rendimentos familiares médios de toda a cidade.

Assim, apesar de Osasco figurar como o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo e nono lugar no ranking paulista de orçamentos municipais, também se configura como a sexta cidade mais populosa do estado, e, portanto, com desafios acirrados à questão urbana e a população mais pobre da cidade.

Do ponto de vista da produção de unidades habitacionais no município, temos, ao longo dos anos do governo Lula, uma contratação de 12.384 unidades habitacionais através dos vários Programas, conforme tabela 01. Os dados abaixo apresentam as contratações, valores, bem como o quantitativo de unidades executadas/entregues.

**Tabela 01. Contratação Minha Casa, Minha Vida - Osasco**

Modalidade	Faixa	Valor Contratado	Un.		
			Contratadas	Concluídas	Entregues
Entidades	Faixa 1	30.537.220,60	348	208	208

FAR Empresas	Faixa 1	98.051.813,90	1.422	1.122	1.122
FAR Urbanização - Vinculadas	Faixa 1	114.000.000,00	1.260	1.260	300
<b>Total faixa 1</b>		<b>242.589.034,50</b>	<b>3.030</b>	<b>2.590</b>	<b>1.422</b>
CCFGTS <sup>6</sup>	Faixa 2	777.480.545,48	6.631	4.219	3.176
CCFGTS	Faixa 3	740.561.032,37	5.753	4.988	4.093
<b>Total faixa 2 e 3</b>		<b>1.518.041.577,86</b>	<b>12.384</b>	<b>9.207</b>	<b>7.269</b>

Fonte: Elaboração própria - dados extraídos do antigo Ministério das Cidades - atual Ministério do Desenvolvimento Regional.

Observamos que o município, apesar de ter contratado 12.384 unidades habitacionais, efetivamente foram entregues até o ano de 2018 cerca de 7.269 unidades habitacionais. Conforme tabela, verificamos que 5.115 unidades estão ainda pendentes.

As unidades habitacionais construídas em parceria com o governo federal, tanto via PAC como MCMV, foram construídas tanto nas áreas norte e sul da cidade, além do que houve uma preocupação com as famílias que foram removidas e reassentadas nas proximidades das antigas moradias.

Em contrapartida a este cenário de precariedades urbanas e vulnerabilidade social de parte das famílias residentes no município, Osasco figura como umas das cidades da região metropolitana com maior índice de lançamentos e concentração de empreendimentos imobiliários de alto padrão; ou seja: figura como território disputado pelo capital financeiro e imobiliário visando à apropriação das áreas mais valorizadas da cidade.

Se os dados apresentados demonstram parte dos desafios a serem ainda enfrentados, as ações realizadas nas últimas 2 décadas na cidade pelo poder municipal – em parceria com o federal - também qualificam o trabalho assumido pela administração pública.

Uma importante preocupação da gestão estava também direcionada à estruturação da equipe de Trabalho Social inserida no Departamento de Trabalho Social<sup>7</sup>, tendo em vista o entendimento assertivo sobre as debilidades enfrentadas pelas famílias ao longo dos processos de trabalho e a capacidade dos profissionais em realizar o acompanhamento dos moradores nos processos transitórios e reflexivos envolvidos nas intervenções urbanas.

<sup>6</sup> CCFGTS - Concessão de financiamento diretamente ao proponente, pessoa física, pelo Programa Carta de Crédito Individual – FGTS, destinado à aquisição de imóvel residencial urbano, concluído novo ou usado para moradia própria.

<sup>7</sup> Vinculado ao Departamento de Habitação de Interesse Social, da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de Osasco/SP.

## TRABALHO SOCIAL EM PROJETOS HABITACIONAIS

Não poderíamos nos furtar a uma pequena consideração sobre o Trabalho Social em Habitação e sobre a importância das questões tratadas pelos trabalhadores que atuam em eixos temáticos ao desenvolvimento urbano das cidades, pois cabe ponderar que estamos diante de uma nova era de sociabilidades e relações efêmeras cujos discursos - agora também amplamente divulgados através das redes sociais - fazem alusão clara e defesa agressiva a ideologias autoritárias.

Considerando que tais manifestações públicas podem ser interpretadas sob o signo de doutrinas totalitárias amplamente conhecidas e cujas manipulações ideológicas são determinantes para a construção de falas discriminatórias - que sobretudo disseminam o ódio, nosso enfrentamento a este discurso se faz absolutamente necessário por estarmos diante de desafios para democratizar a cidade e os espaços socialmente construídos, mas que seguem sendo apropriados de forma monopolizada e sob a égide do capital.

É relevante o destaque de que o tempo necessário para a realização de um atendimento habitacional não corresponde à necessidade imediata de grande parte dos moradores envolvidos nas áreas de intervenção do município considerando as complexidades não só da política habitacional - quanto a disponibilidade de terrenos / recursos / tempo de obras e questões afins - mas também são inerentes ao deslocamento das famílias para áreas não favoráveis aos seus vínculos (familiares / de trabalho) e acesso à rede de serviços e equipamentos existentes nos territórios de origem.

Portanto, processos que envolvam a remoção involuntária de famílias de suas áreas de origem, inserção e acompanhamento no Programa do Bolsa Aluguel<sup>8</sup> durante o tempo necessário ao atendimento habitacional pressupõe a atuação de uma equipe técnica que atue consciente sobre os desafios entre a efetivação do direito à moradia e o acesso à cidade em meio a um contexto de desmonte das políticas públicas a nível federal.

Além dessa situação, o profissional de Serviço Social - juntamente a outros das demais áreas que compõem as equipes multiprofissionais responsáveis pelo Trabalho Técnico Social - vê-se também frente às contradições vivenciadas por estas famílias no decorrer de seu atendimento habitacional, considerando que em muitos casos - nos processos de remoção por exemplo - há inicialmente a perda da moradia - situação que muitas vezes só amplia as expressões da questão social para os moradores que estão submetidos às intervenções.

---

<sup>8</sup> Programa Municipal de Osasco instituído no ano de 2005, com alterações via legislação no ano de 2014, voltado ao público residente em áreas de intervenção urbana ou afetados por calamidades, mas também atende famílias cujas condições de vulnerabilidade estão sob acompanhamento conjunto da Política de Assistência do Município.

Operacionalizar o Programa Bolsa Aluguel também mostra-se um desafio, considerando sua natureza de “auxílio” para complementação do custo com a locação, já que não se caracteriza como assistência completa ao morador no custeio integral de valores referente à locação de imóvel ou dispõe de estrutura do poder municipal para acolhimento familiar e privativo dos atendidos.

Os profissionais estão também submetidos à realização de um trabalho que se estabelece a partir do atendimento de critérios e condicionalidades, ainda que considerada a condição particular de cada sujeito e grupo familiar. Como trabalhador, dependente dos resultados das políticas públicas, e, no entanto, tem ainda que lidar no cotidiano com a mediação dos direitos habitacionais e outras vias de acesso a programas paliativos.

Segundo Raichelis, Oliveira e Paz,

Trabalho social é concebido de ações inclusivas com caráter sócio educativo, adequadas à realidade sócio econômico e cultural da população e às características da área de intervenção, afinadas com os princípios da Política Habitacional com as diretrizes dos programas e desenvolvidas em articulação com todos os agentes sociais envolvidos nos processos de decisão, implantação e controle dos programas de moradia (PAZ, 2008, p. 252).

Essas ações podem e devem ser executadas, conforme a realidade da população atendida, ou seja, ter pleno conhecimento do território e de sua população, bem como a possibilidade de interferir no planejamento e execução dos projetos de interesse social dentro e fora da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Esta ainda mantida a exigência de um Trabalho Social com os beneficiários nos programas operados pelo município (PAC e MCMV), sendo que seus conceitos, definições, diretrizes, objetivos e conteúdo foram pactuados no Ministério das Cidades com a participação da Caixa Econômica Federal – mas já não sabemos até quando serão mantidos e esta é uma preocupação relevante para os profissionais que atuam no campo da questão urbana.

Na primeira fase do PMCMV, os normativos previam o Trabalho Social promovido pela rede de credenciados dos agentes financeiros. Na segunda fase, estabelece-se a possibilidade de os municípios realizarem o Trabalho Social.

A Instrução Normativa nº 8/2009, do Ministério das Cidades, definiu o Trabalho Social como um conjunto de ações que visam a promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda.

Foi publicado novo normativo sobre o Trabalho Social, com alterações significativas no conteúdo do trabalho e no financiamento das ações (PORTARIA Nº 21, de 22 de janeiro de 2014), alterado em 25 de julho de 2018, pela Portaria nº 464.

O Projeto de Trabalho Social passa a ser apresentado em dois momentos distintos, com conteúdo diferenciado: na fase de concepção e na fase de implementação do Trabalho Social, sendo esse último o projeto do proponente, refere-se à apresentação de um Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial, para as operações que atendam a um número superior a 500 famílias, ou com valores contratados acima de R\$ 400 mil, no caso de operações de saneamento.

O que podemos observar é que em algumas pesquisas de avaliação, inclusive em Osasco, esses normativos aparecem claramente como avanços importantes, no reconhecimento do Trabalho Social como um componente da Política Habitacional, articulado às diretrizes das políticas urbana e habitacional do país e também a definição de parâmetros para a execução do Trabalho Social e o seu financiamento.

Por outro lado, os normativos apresentam problemas e limites, ao estabelecer conteúdos para o Trabalho Social que não encontra capacidade institucional e técnica das equipes locais.

Observamos que a configuração da gestão da política habitacional nos municípios é muito diversa, seja pelo porte dos municípios, do orçamento ou da estrutura administrativa, mas, em geral, a configuração, em especial das equipes técnicas, é precária, pelo processo histórico de desmonte das políticas sociais.

Um fator que nos imputa maior preocupação nos dias atuais frente ao cenário nacional, considerando ainda necessária consolidação das estruturas administrativas e de gestão dos municípios para o desenvolvimento de projetos e programas que se apresentem como ferramenta de enfrentamento as expressões da questão social operadas por equipes técnicas qualificadas e com aporte operacional das políticas públicas.

## **CONCLUSÃO**

Sem temor às necessárias críticas que os programas habitacionais operados a nível municipal com aporte de recursos federais merecem, tendo em vistas as experiências possíveis em território nacional, está a nós muito claro que serão essenciais fortes mobilizações de caráter estratégico para a garantia do que já se conquistou em termos de atendimento quantitativo na política de habitação e desenvolvimento urbano nas cidades, sobretudo para os territórios das grandes metrópoles, ou das regiões metropolitanas – como o caso do município de Osasco.

As experiências e os atendimentos que se viabilizaram nesse ínterim, configuram-se como essenciais para a garantia de sobrevivência de muitas famílias, se considerarmos o grau de precarização da vida humana nas grandes e médias cidades com o avanço significativo da pobreza e das mazelas próprias de uma sociabilidade imposta pelo grande capital.

Dessa forma, diante desse cenário e sem grandes expectativas para uma alteração a curto e médio prazo, faz-se necessário que os municípios retomem a questão da urbanização das áreas degradadas e não apenas se voltem à construção de unidades habitacionais via transferência de recurso federal, sendo também necessário intensificar a negociação com os governos estaduais.

É extremamente necessário e urgente para o andamento das atividades cotidianas do Trabalho Social que os trabalhadores do Serviço Social – e das demais áreas que compõem as equipes – tenham clareza de que todos os dias estão assumindo o papel de mediadores de direitos das políticas sociais, e, portanto, que necessitam adotar um “lado” nessa luta tão desigual, onde todos, inclusive os próprios trabalhadores sociais, estão no bojo dessa escassez econômica para as políticas públicas.

Diante do anacronismo das políticas e os retrocessos promovidos pelo atual presidente da República, levando em consideração a configuração da gestão da política habitacional nos municípios que é muito diversa, faz-se importante a construção do processo reflexivo do trabalho social desenvolvido nas grandes e médias cidades com o avanço significativo da pobreza e das mazelas próprias de uma sociabilidade imposta pelo grande capital.

As ações ligadas à gestão das cidades demandam profissionais comprometidos com uma práxis consciente e direcionada à luta pelo direito à cidade. Demanda um trabalho com intencionalidade – com direção social – para gestar também um processo de transformação da sociedade de barbárie gerida hoje, sobretudo, pelo acirramento de experiências ultraliberais.

As lutas sociais devem estar sempre relacionadas com a prática desses profissionais, onde, apesar dos avanços que representam esses programas habitacionais a nível federal, necessitam que os profissionais tenham uma visão ampla da política habitacional, bem como das possibilidades de atuação, assim como críticas contundentes que redirecionem ações para a melhoria dos programas e projetos a serem futuramente desenvolvidos.

## REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa, Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha Casa, Minha Vida...E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em 6 estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BONDUKI, Nabil. **Do Projeto Moradia ao PMCMV**. São Paulo: Teoria e Debate, ed. 82. 2009.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas (orgs). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro. “**Minha Casa, Minha Vida**”, o pacote habitacional de Lula. S. Caetano: Correio da Cidadania, 2009.

PAZ, Rosangela D.O. Intervenções urbanas e Trabalho Social. In: ARREGUI, C. C. BLANES, D. N. **Metodologias do Trabalho Social**. São Paulo: IEE/PUC-SP.2008

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. S. Paulo: Boitempo, 2015.

### Legislação Consultada

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações.

**Medida Provisória nº 459, publicada em 25 de março de 2009**, posteriormente convertida na Lei no 11.977, de 7 de julho 2009, e pelo Decreto no 6962, de 17 de setembro de 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014**. Aprova o Manual de Instruções de Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Portaria 464, de 25 de julho de 2018**. Dispõe sobre o trabalho social nos programas e ações do Ministério das Cidades.